

EDITORIAL

A hora, agora, é de protesto

As forças oposicionistas do país, incluindo partidos políticos, sindicatos e movimentos populares estão propondo à nação que o próximo dia 10 de novembro seja um Dia Nacional de Paralisação, como forma de protestar contra os descaminhos e descabros que assombam o Brasil de hoje. A Diretoria da Adusp tem plena consciência das dificuldades de mobilização e da desmotivação que enfrentam todas as categorias profissionais, mas julga que essa paralisação nacional pode ser uma excelente alternativa para refletirmos sobre os destinos de nosso país e para protestarmos contra um governo, ou antes, contra uma doutrina de governo que, sob a forma de pujantes promessas, apenas nos trouxe dificuldades econômicas, crise, endividamento insuportável, desemprego, violência social.

É o futuro do país que está em jogo e, para nós, são os destinos da universidade pública, na qual acreditamos e para a qual trabalhamos. Sentimos, cada vez mais, os efeitos daninhos de uma política irresponsável de desmonte irracional e caótico dos serviços públicos do país sob a falsa acusação de ineficiência e com a pretensa alegação de "modernidade" — uma conversa que engana, cada dia, a menos pessoas.

E sentimos esses efeitos nocivos aqui mesmo, na maior universidade pública do Brasil: diminuição de verbas, orientação para o mercado, propostas de ensino pago, violentas ameaças às nossas condições de trabalho, como as propostas de reforma previdenciária ou do fim da estabilidade do servidor público.

O horizonte que se descortina à nossa frente, se não reagirmos agora, é

bastante sombrio — representa a morte de nossa universidade como a conhecemos. Parece-nos, portanto, que temos motivos de sobra para aderir à paralisação nacional, tanto aqueles que nos são próprios, como docentes da Universidade de São Paulo, quanto aqueles que são de todos os cidadãos brasileiros, que lutam ou apenas anseiam por uma sociedade melhor, por viver num país digno.

A Diretoria da Adusp, dessa forma, defende a participação ativa dos docentes da USP no Dia Nacional de Paralisação e levará essa proposta para a Assembléia da categoria que deliberará, soberanamente, sobre o tema, no próximo dia 4 de novembro. Há momentos para tudo: para ignorar, para recuar, para refletir, até para aderir. A hora, agora, é de protesto.

Razões para parar no dia 10, p.4

Previdência Pública: verdades e mentiras, p.2

FHC insiste no confisco dos servidores aposentados, p.3



Ilustração: Minoru Naruto

Assembléia Geral da Adusp

4 de novembro, quinta-feira,

às 17 horas, no Anfiteatro da História

Pauta: participação e organização da categoria no Dia Nacional de Luta e Paralisação

Previdência Pública: verdades e mentiras

José Marcelino

O governo do Estado de São Paulo, assim como o governo federal, tem centrado a sua argumentação sobre a necessidade de taxar adicionalmente os servidores públicos ativos e inativos em dois pontos. O primeiro deles diz que o atual sistema é insustentável, e para se justificar, apresenta dados como os das tabelas 1 e 2.

O segundo argumento utilizado é o de que o sistema previdenciário é excessivamente oneroso para a sociedade em função da sistemática de financiamento. Assim, para o Estado de São Paulo, o governo alega que de cada R\$ 1,00 de contribuição do empregado, o Tesouro do estado entra com R\$ 9,00. Desta feita, o dinheiro que poderia estar sendo destinado a novos investimentos e ao setor social estaria sendo desviado para cobrir o déficit previdenciário. A sociedade com um todo estaria sendo extremamente onerada para sustentar a privilegiada casta dos funcionários públicos.

Vejamos agora a verdade que existe por trás destes dados. Caso, como afirma o governo, o sistema esteja caminhando para a insolvência, de tal forma que cada vez mais recursos do tesouro tenham que ser desviados de sua destinação original para cobrir o rombo previdenciário, seria de se esperar que o conjunto dos gastos com pessoal (ativos e inativos) estivesse crescendo perigosamente ao longo do tempo. Será que isso está acontecendo? Os dados são apresentados na tabela 3.

Esta tabela, elaborada com dados fornecidos pelo próprio governo, a meu ver, demonstra a falácia dos dois argumentos apresentados anteriormente. Em primeiro lugar, os dados mostram que o sistema não caminha para a insolvência. Na verdade

houve uma queda nos gastos com pessoal no período, mesmo se considerarmos os pensionistas, o que não tem sentido, pois estes nunca fizeram parte do quadro de pessoal do Estado. Mesmo os gastos com inativos, que aumentaram sua participação nos gastos com pessoal como mostra a tabela 1, sofreram queda no período quando comparados às receitas correntes. Assim, em nenhum momento aparece o "caos" apontado pelo Executivo e ecoado pelos meios de comunicação.

Agora, o segundo aspecto é que é mais sério. Se houve, como de fato houve, um aumento em termos absolutos nos gastos com inativos e pensionistas, de onde vieram estes recursos adicionais? Do conjunto da sociedade? Não, o que os dados da tabela 3 mostram é que, como não houve aumento nos gastos com pessoal, estes recursos saíram dos bolsos dos próprios servidores públicos. Assim, apesar do aumento no número de aposentados, o tesouro não gastou um tostão a mais nos gastos com pessoal (na verdade houve uma redução). Este fato se explica através do congelamento dos salários apesar do aumento da receita tributária no período, pelo grande número de demissões (PDV) e de não renovação dos contratos precários, em especial da educação (ACTs).

Assim, quando se diz que a alíquota dos servidores públicos do Estado de São Paulo é de 6% (IPESP) comete-se uma falsidade, visto que existe uma parcela, que em 1998 foi de 53% dos gastos com o pessoal ativo, que muito embora não apareça como um desconto no holerith do servidor, está sendo, de fato, deduzida de seu salário para o pagamento dos aposentados.

Tabela 1 - Participação dos gastos com inativos e pensionistas na despesa de pessoal da Administração Direta

Ano	1982	1986	1990	1994	1995	1996	1997	1998
% dos gastos	21,3	28,6	31,7	29,0	31,5	32,4	32,8	34,8

Fonte: Governo de São Paulo, 1999, Sistema Previdenciário do Estado de São Paulo

Tabela 2 - Déficit previdenciário

Ano	1995	1996	1997	1998
Déficit (R\$ Bi)	3,8	4,7	5,2	5,8

Fonte: Governo de São Paulo, 1999, Sistema Previdenciário do Estado de São Paulo

Tabela 3 - Estado de São Paulo (Adm. Direta): Participação das despesas de Pessoal (ativos, inativos e pensionistas) nas Receitas Correntes Líquidas (%)

Ano	1995	1996	1997	1998
Part. ativos, inativos, pensionistas	65,6	64,6	64,1	64,7
Part. inativos	21,9	22,5	22,5	21,1

Fonte: Governo de São Paulo, 1999, Sistema Previdenciário do Estado de São Paulo. obs: Receita Corrente Líquida = Receitas Correntes (Tributária + Transferências) - transferências legais e constitucionais.

Tabela 4 - Brasil: Participação dos gastos com Pessoal (ativos e inativos) na Receita Tributária dos Estados (%)

Ano	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Gastos Pessoal	51	58	55	51	53	47	49	54	46	51

Fonte: Ministério da Fazenda - STN - CEFEM - DIVEM

Tabela 5 - União: Participação dos gastos com Pessoal na Receita Corrente Líquida (%)

Ano	1995	1996	1997	1998
Gastos com Pessoal	54,5	47,5	46,2	42,7

Fonte: Ministério da Fazenda - STN, Execução Orçamentária do Governo Federal

Neste sentido, outro aspecto que tem de ser aclarado quando se fala no IPESP, é o não pagamento pelo Governo do Estado de São Paulo, por anos a fio, de sua contrapartida. Este dinheiro que deixou de ser depositado, e que hoje seria o fundo necessário para o pagamento dos pensionistas, é a grande dívida do Estado com os seus servidores públicos, sem falar nos recursos deste instituto que foram utilizados para a construção de um número superior a mil prédios públicos destinados às áreas de educação, saúde e agricultura.

Um último aspecto a comentar: se para o Estado de São Paulo, como vimos, os gastos com pessoal não têm representado um fator de in-

viabilização da administração pública, o mesmo vale tanto para o conjunto dos estados brasileiros, como para a União.

Os dados apresentados nas tabelas 4 e 5 mostram uma realidade bem diferente daquela apresentada pela mídia e pelos discursos oficiais. Na verdade os gastos com pessoal dos governos estaduais têm-se mostrado estáveis ao longo do tempo (apesar do aumento do número de aposentados) e, no caso da União, nota-se inclusive uma queda acentuada desses gastos quando comparados com a Receita Corrente Líquida (critério da Lei Complementar 82/95, Lei Camata).

"Para cumprir metas com o FMI serão retirados, só em

FHC insiste no confisco dos servidores

Governo ameaça até extinguir a aposentadoria integral

O governo federal não desiste do objetivo de arrancar uma gorda fatia dos ganhos dos servidores públicos aposentados. Como o Supremo Tribunal Federal (STF) declarou inconstitucional a lei com que o governo pretendia confiscar os aposentados, a equipe de Fernando Henrique Cardoso e Pedro Malan decidiu então alterar a própria Constituição. Servidores públicos estaduais e municipais também serão atingidos pela nova proposta de emenda constitucional, preparada a toque de caixa e já enviada ao Congresso, pois o governo quer aprová-la ainda em 1999.

A tentativa de realizar o "ajuste fiscal" às custas dos aposentados estende-se aos trabalhadores do setor privado, os quais, com a recente adoção do "fator previdenciário" (projeto de lei 1527/99, em tramitação no Congresso), serão roubados em até metade do valor da aposentadoria, conforme o caso, toda vez que desejem

aposentar-se com a idade mínima permitida.

O ataque aos aposentados levou o governo a falar até em ressuscitar um projeto de lei do deputado Eduardo Jorge (PT-SP), que criava um sistema único de previdência, com a unificação dos "tetos" de ambos os regimes previdenciários, do setor público (inclusive militares) e setor privado. A aprovação dessa proposta representaria na prática, para a maioria dos servidores, a supressão do direito à aposentadoria integral, pois ela estabelece o teto de dez salários mínimos (hoje, R\$ 1.255,30). FHC busca o apoio dos governadores à tentativa de emendar a Constituição e abocanhar as aposentadorias. Mário Covas, por exemplo, já se declarou simpático a essa "boa idéia".

Factóide

O líder da bancada federal do PT, deputado José Genoíno, disse que FHC quer dividir com os governadores

e a oposição o ônus, perante os aposentados, do desgaste por "suas trapalhadas, erros e derrotas". O líder explicou que a emenda de Eduardo Jorge não existe legalmente, porque foi derrotada quando o governo votou o substitutivo de Michel Temer, e que tem partes já superadas. O presidente da Câmara dos Deputados é da mesma opinião.

"O governo está fazendo um factóide. Não é para valer", declarou Genoíno, observando que a proposta teria de ser reelaborada e reapresentada pelos deputados ou pelo próprio governo, o que leva tempo. O deputado Eduardo Jorge aceita negociar sua proposta de reforma da previdência com o governo, embora tenha sido desautorizado pelo PT.

Projeto Covas continua parado na AL

O projeto de previdência do governador Covas continua parado na Assembléia Legislativa, aguardando o desenrolar das iniciativas do governo federal e a decisão final de mérito do STF.

Em reunião realizada na AL no dia 19 de outubro, a coordenação dos servidores públicos estaduais aprovou as seguintes providências:

- pedido de retirada da emenda substitutiva do PT ao projeto Covas;
- pedido de retirada do PLC 4/98, da deputada Mariângela Duarte (PT), que versa sobre o sistema de previdência estadual;
- reiteração da exigência de retirada do projeto Covas.

A análise de mérito mostra que os dois primeiros projetos não contemplam reivindicações básicas dos servidores, e o projeto do governo é essencialmente confiscatório e excludente.

... verdades e mentiras (continuação)

1999, mais de R\$ 80 bilhões de recursos públicos para pagar juros e encargos da dívida. Este valor representa 16 vezes os gastos com o ensino superior federal, ou 133 vezes o orçamento do CNPq"

Quanto à Lei Camata, bem como à Lei 9.717, sempre citadas pelo Governo do Estado de São Paulo como determinantes para o aumento nos descontos dos servidores públicos, em especial ao fixar um limite de 12% da Receita Corrente Líquida com inativos e pensionistas e de uma proporção máxima de 2/1 entre a contribuição do Estado e a do servidor, cabe fazer algumas observações. A primeira delas: a Lei Camata, lei maior, não fala em pensionistas. A segunda: dependendo da forma como é feito o cál-

culo da receita corrente, mudam-se os níveis de comprometimento. Como considerar por exemplo o desconto feito pelo servidor, ou o débito acumulado pelo Estado (contrapartida patronal) com o fundo pré-existente (IPESP)?

O terceiro e último aspecto é que não é necessário fazer nenhum desconto adicional para se adequar à legislação. Como vimos, já ocorre um desconto indireto equivalente a 53% da folha dos ativos para o pagamento dos aposentados. Basta fazer uma conta de soma zero, transformando parte destes recursos em salário e fazendo o desconto respectivo (numa alíquota, por exemplo, de 11%, caso seja esta a diretriz apontada pelo STF).

Concluindo, podemos ver

que na questão de previdência o que existe é uma grande cortina de fumaça que busca confundir a opinião pública sobre a verdade dos fatos. Está havendo um progressivo descompromisso do Estado com a prestação dos serviços públicos (sua função básica), seja através da redução de seu quadro de pessoal ou do achatamento salarial, seja através da terceirização, que implica em aumentar o lucro das firmas prestadoras de serviços, que ganham mais e pagam menos para os funcionários contratados (geralmente menos qualificados que o servidor público que eles substituem).

Quem tem pago o aumento dos gastos com aposentados não é a sociedade como um todo, mas os próprios servido-

res públicos através da redução de seus salários. Porém, será a sociedade, sim, quem sofrerá o ônus do desmonte do aparelho de Estado feito com o alibi de cumprir metas (inatingíveis) com o FMI que retirarão da sociedade, só em 1999, mais de 80 bilhões de reais de recursos públicos para o pagamento de juros e encargos da dívida (interna e externa). Este valor representa 16 vezes os gastos com o Ensino Superior Federal, ou 133 vezes o orçamento do CNPq, ou 2,5 vezes o total de gastos públicos com educação (todos os níveis) no país. Fica no ar a pergunta: o que (ou quem) de fato está tornando inviável a administração pública no país?

José Marcelino é professor da FFCL de Ribeirão Preto

10 de novembro, Dia Nacional de Paralisação

A Marcha dos 100 mil sobre Brasília, realizada em 26 de agosto, superou as expectativas definidas pelo Fórum Nacional de Luta por Trabalho, Terra e Cidadania. Agora, o Fórum está convocando, para 10 de novembro próximo, o Dia Nacional de Paralisação e Protesto contra a política econômica e social do governo FHC.

O Dia Nacional de Paralisação e Protesto — que, como a Marcha dos 100 Mil, é um desdobramento da Jornada Nacional de Lutas, organizada pelo Fórum — terá como eixos principais a luta por emprego, salário, previdência, reforma agrária, não pagamento das dívidas interna e externa e por direitos sociais.

O Fórum reúne dezenas de entidades representativas da sociedade brasileira, entre as quais a Central de Movimentos Populares (CMP), a Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (ABONG), Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Movimento dos Evangélicos Progressistas (MEP), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), União Nacional dos Estudantes (UNE),



A Marcha dos Cem Mil repercutiu intensamente no país

União Nacional dos Estudantes Secundaristas (UBES), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Confederação Na-

cional das Associações de Moradores (Conam), Confederação Brasileira dos Aposentados (Cobap), Coordenação Nacional de Entidades Negras

(CONE). Dele também fazem parte os partidos de oposição: PT, PDT, PSB, PCdoB e PSTU.

Números da crise

Alguns números do governo FHC: vai gastar somente neste ano mais de R\$ 88 bilhões com juros da dívida pública (interna e externa), vendeu as grandes empresas estatais de telecomunicações, mineração, petroquímica, siderurgia e concessões das rodovias, e aumentou em 30% as tarifas públicas para dar lucros maiores aos novos donos dessas empresas. Produziu o maior desemprego da história do Brasil, mais de 18% de desempregados nas maiores regiões metropolitanas. Arrochou em mais de 7% os salários de todos os trabalhadores no ano passado. Recorde de falências e concordatas com mais de 23 mil micro, pequenas e médias empresas fechadas somente em 1998.

O preço dos remédios subiu mais de 35% em 1999; o atendimento nos hospitais é cada vez mais precário e desumano; 35 milhões de homens, mulheres e crianças vivem na condição de pobreza absoluta, e a situação da seca é ainda mais dramática.

CO submete às Unidades proposta de fim da lista tríplice

A Congregação do IME encaminhou ao Conselho Universitário (CO) uma proposta de reforma estatutária prevendo o fim da escolha, pelo Reitor, dos diretores e vice-diretores de unidades em lista tríplice; e sua substituição pela eleição direta pelo Colégio Eleitoral.

Em reunião no dia 19 de outubro, após amplos debates, o CO decidiu encaminhar a proposta a todas as congregações das Unidades, para que estas manifestem-se.

Apesar do parecer contrário do professor Walter Colli e aprovado pela Comissão de

Legislação e Recursos, o plenário acatou a proposta do diretor do IME de retirada de pauta para retorno ao CO após discussão nas Unidades.

De acordo com Valdir Nunes e José Henrique de Godoi, representantes discentes da pós-graduação no CO, "a retirada torna possível a ampliação dos debates sobre a democratização das estruturas de poder na USP".

A proposta do IME: "o diretor e vice-diretor de unidade serão eleitos em votação secreta pelo Colégio Eleitoral definido nos termos do presente estatuto" (da USP).

Coquetel lançou dois livros

Os professores Henrique Autran Dourado (ECA) e Osvaldo Coggiola (FFLCH) divulgaram seus mais recentes trabalhos em um Coquetel Cultural, na sede da Adusp, no dia 22. Em "Imperialismo e guerra na Iugoslávia — radiografia do conflito nos Balcãs" (Editora Xamã), Coggiola contextualiza a guerra frente ao capitalismo global. "A Guerra na Iugoslávia não se restringe ao imediatismo. Há todo um quadro histórico dos Balcãs no século XX, a região sempre foi o 'calcanhar de Aquiles' na ordem mundial, desde as duas Guerras Mundiais e mesmo

na nova ordem, após a queda do muro de Berlim", afirma.

Dourado, autor de "Pequena História da Música" (Editora Vitale), diz que a idéia de elaboração do livro surgiu paralelamente à elaboração de sua tese de doutorado. "Quis me distanciar um pouco do formalismo das teses, escrevendo um livro para pessoas leigas. Mesmo nos tratados mais sérios, sempre achei coisas engraçadas", afirma.

Utilizando uma linguagem bem humorada, Dourado fala de artistas do passado e modernos, demonstrando que introspecções, neuroses e boemia são atemporais entre os músicos.